



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em: 30 de março de 2026
(segunda-feira)

Às 14 horas

23ª Sessão Não Deliberativa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.)
- Sessão não deliberativa, semipresencial, 30/03/2026.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa, semipresencial, destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Os Senadores presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

Antes de passarmos à lista dos oradores inscritos, eu gostaria de fazer aqui um registro.

Caros colegas Senadores e Senadoras e, obviamente, a população do Brasil, especialmente a do meu Estado de Roraima, é com imensa alegria que trago a esta tribuna a notícia da posse de Edilson Damião no comando do Governo de Roraima, que ocorreu na última sexta-feira.

Edilson cresceu em Roraima para onde foi com a família em 1986, estudou na Escola Estadual Gonçalves Dias e formou-se engenheiro civil pela Universidade Federal de Roraima. Sua vida pública, que se iniciou na Secretaria de Obras de Boa Vista, passando pela Secretaria de Infraestrutura e pelo comando do Departamento de Estradas e Rodagem no período em que fui Governador e Vice-Governador de Roraima, é marcada pela capacidade de diálogo, sensibilidade social e habilidade para enfrentar desafios complexos, sempre guiado pelo interesse coletivo.

Como Senador por Roraima, tive a oportunidade de trabalhar junto com Edilson em benefício do nosso Estado, um homem de diálogo e de compromisso. Edilson é alguém capaz de promover o crescimento econômico com sustentabilidade, fortalecer a infraestrutura, garantir segurança e ampliar oportunidades para todos - leia-se para todos.

Tenho convicção de que sua gestão será pautada pelo equilíbrio, pela responsabilidade fiscal e pelo compromisso com políticas públicas que gerem resultados concretos na vida da nossa população, com determinação e capacidade para superar problemas, mas, acima de tudo, com o rigor que um administrador público merece ter com o nosso povo e com a nossa gente.

Portanto, o Governador Edilson Damião sabe que conta com o meu apoio aqui no Senado da República. Somos parceiros de longa data. Governamos por Roraima acima de tudo, independentemente de posições políticas ou arranjos políticos eleitorais. Afinal de contas, eu sou decano da política de Roraima, com a experiência que temos ao longo de nove mandatos.

E tenho certeza de que podemos contribuir, sim, com aqueles que, na verdade, entendem que a experiência faz a diferença para darmos a nossa parcela de colaboração em um Governo que seja um Governo para todos.

Portanto, eu gostaria de deixar esse registro aqui nos *Anais do Senado* da República, hoje, dia 30 de março de 2026.

Passando à relação dos oradores inscritos e havendo número regimental, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, do Novo, do Ceará, que, de forma remota, fará o seu pronunciamento.

V. Exa. tem a palavra, nobre Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) - Paz e bem, meu querido irmão Senador Chico Rodrigues.

Quero cumprimentar todos os nossos trabalhadores, servidores competentes da nossa Mesa do Senado Federal, os assessores dos Parlamentares, os funcionários desta Casa, assim como também, Presidente, os nossos colegas, Senadoras e Senadores - muitos estão em deslocamento, ainda, para Brasília ou nos seus estados.

Presidente, eu vou deixar para amanhã um pronunciamento que está entalado, um discurso a partir do que a gente viu na semana passada, de forma deplorável: os três Poderes conspirando para enterrar a CPMI do INSS. Eu preciso falar sobre isso, estou ainda com a ressaca moral de tudo o que aconteceu, que é inacreditável. Pessoas que participaram dessa página triste da história republicana do Brasil devem acreditar piamente no esquecimento da população, devem apostar na impunidade. É isso que aconteceu a partir de rejeitar, na madrugada de sábado, um relatório robusto, independente, um relatório feito com muito esmero, de forma técnica, pelo Deputado Alfredo Gaspar, junto com o Colegiado, que se debruçou nos últimos seis, sete meses nisso.

Então, nós tivemos, infelizmente, uma atuação deplorável, repito, da Mesa do Senado, que não fez a leitura da prorrogação, ou talvez um jogo combinado com o STF para derrotar, também no Plenário, tendo precedente para continuar, para prorrogar, e a gente viu o que aconteceu nos 8 a 2 lá no STF. E, por último, vimos os Deputados votando para rejeitar um relatório que indiciava 216 pessoas, denunciadas com material robusto - repito isso -, para que a gente pudesse passar a limpo a Previdência e nunca mais acontecer esse tipo de barbaridade, de atrocidade contra pensionistas, contra aposentados, órfãos, viúvas, enfim, pessoas mais humildes, mais vulneráveis deste país. Então, é imperdoável o que aconteceu. Isso não será esquecido. Se depender de mim, vamos sempre lembrar.

Vamos continuar o trabalho, acreditando no Relator André Mendonça e que ele possa fazer pela Justiça, junto com a Polícia Federal, que tem se mostrado firme nesse caso, para que possamos passar o nosso Brasil a limpo. É isto que as pessoas de bem esperam: ética.

Mas amanhã eu falo mais detalhes sobre isso, porque não é um assunto de direita, de esquerda, contra Governo, a favor de Governo; é algo que diz respeito a integridade, honestidade, valores éticos e princípios cristãos.

Presidente, eu vou reportar aqui hoje, depois de muito maturar, um fato que se divulgou até pouco no Ceará, na mídia cearense. A gente precisa entender as razões disso, mas eu tenho o dever de reportar a podridão que está acontecendo na política cearense para a população, que me vê como um Parlamentar independente - e eu sou! Tenho cumprido isso desde o momento que assumi o mandato, em 2019, e o senhor é testemunha disso. Então, não tem assunto que por mim passe batido, não tem assunto em que eu não me aprofunde, e eu procuro cumprir esse meu dever, junto ao meu povo, com transparência total.

Presidente, com base em robusta reportagem da revista *Veja*, publicada em 13 de março último... Estamos terminando o mês, foi no meio deste mês. Foi produzida pelo jornalista investigativo Robson Bonin, que divulgou um relatório conclusivo da Polícia Federal encaminhado ao Ministro Gilmar Mendes, e vieram à tona fatos graves envolvendo o Deputado Federal Júnior Mano, do PSB, do Ceará, e o ex-Prefeito Bebeto Queiroz, de Choró - este já cassado e foragido da Justiça há mais de um ano! Há mais de um ano.

Ainda, segundo a matéria, ambos são apontados como possíveis articuladores centrais de uma estrutura organizada, com indícios de atuação coordenada em diferentes níveis da política cearense.

De acordo com elementos divulgados, as quebras de sigilo revelaram um conjunto robusto de comunicações, mensagens, *e-mails* e planilhas que indicam a existência de um possível esquema entre 2020 e 2025, ano passado, com forte dependência de recursos oriundos do chamado orçamento secreto. Com base na reportagem, os diálogos analisados indicam que o Deputado Júnior Mano mantinha interlocução frequente tanto com o Governo Federal quanto com o Governo do Estado do Ceará, o que, se confirmado, exige esclarecimentos transparentes à sociedade.

A matéria também cita lideranças políticas relevantes, tanto na esfera estadual quanto na nacional, como o Ministro Camilo Santana, em contexto relacionado às eleições municipais de 2024, bem como os Deputados Eunício Oliveira e José Guimarães.

Pela gravidade dos fatos, é fundamental que a apuração seja rápida e isenta, doa a quem doer. O povo cearense merece respostas efetivas.

No mesmo contexto, Sr. Presidente, Bebeto Queiroz aparece, segundo os dados divulgados, como um agente com atuação relevante na operacionalização e distribuição de recursos, o que levanta sérias dúvidas sobre o uso dessas verbas.

A partir desses elementos, observa-se que o modelo de execução das emendas parlamentares, especialmente no ambiente do orçamento secreto, que eu sempre denunciei, sempre votei contra e nunca usei - quero deixar isso bem claro para a população cearense... Ele deve ter sido utilizado de forma possivelmente fraudulenta por esses senhores que eu acabei de citar, abrindo espaço para práticas incompatíveis com o interesse público.

Segundo as investigações divulgadas, há indícios de movimentações financeiras que ultrapassariam - acredite, se quiser - R\$800 milhões, com possível impacto direto em pelo menos 50 campanhas municipais do Ceará. Olha aí, estamos falando de algo que se aproxima a R\$1 bilhão do dinheiro de quem paga imposto.

Ainda conforme a matéria, surgem apurações envolvendo as relações de Júnior Mano com o setor de eventos, mais especialmente com o cantor Wesley Safadão, situação que também precisa ser esclarecida nas investigações. Eu acho até curioso ver homens públicos, com passado em várias esferas do poder cearense e nacional, defendendo a candidatura de pessoas como essas aqui que a gente está vendo nesse contexto estranho dessas apurações da Polícia Federal.

Então, olha só: após o período eleitoral, foram identificados indícios de formalização de contratos com empresas potencialmente vinculadas ao grupo investigado, o que reforça a necessidade de aprofundamento das apurações. Diante desse conjunto, Sr. Presidente, as autoridades investigam possíveis crimes, como organização criminosa, ilícitos eleitorais, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, todos de elevada gravidade institucional. Também há suspeitas de utilização de práticas como compra de votos e manipulação de meios de comunicação para influenciar resultados eleitorais, o que, se comprovado, representa, sim, grave ameaça à democracia.

Por isso, esse assunto não foi tão divulgado como deveria pela nossa mídia. É um assunto grave, que envolve gente poderosa e conhecida.

Outro ponto sensível, Sr. Presidente, envolve possíveis conexões com empresas que atuam em setores públicos essenciais, como a coleta de lixo, transporte, alimentação institucional, inclusive com indícios que exigem investigação quanto a eventuais vínculos com organizações criminosas. Eu digo aqui fações, que hoje dominam territórios inteiros no Estado do Ceará, eu quero lembrar isso. Esse cenário talvez ajude a compreender o avanço preocupante do crime organizado no Estado do Ceará - está tudo dominado -, que hoje exerce influência em diversas regiões do estado, inclusive em áreas inteiras na Região Metropolitana de Fortaleza.

Mas os problemas não se limitam a esse caso. O Ceará também aparece em outras investigações relevantes, como a recente fase da Operação Sem Desconto da Polícia Federal. Entre os alvos, está a Deputada Maria Gorete Pereira, submetida a medidas cautelares após a identificação de indícios de pagamentos indevidos de valores expressivos. As investigações apontam que ela teria atuado na articulação junto ao INSS para credenciamento de entidades sob a sua influência, com conexões com o ex-Presidente do órgão Alessandro Stefanutto, atualmente preso.

É importante destacar que o problema não é isolado. O uso indevido de emendas parlamentares tem sido identificado em diferentes estados brasileiros, configurando um desafio nacional.

É fundamental reconhecer quando as instituições atuam com firmeza no combate à corrupção, especialmente diante de desvios relacionados ao uso de recursos públicos. Por exemplo, o STF condenou sete réus, sendo dois Deputados Federais do Maranhão e um de Sergipe, com penas de até seis anos de prisão. Quando está certo, nós temos que reconhecer e parabenizar.

O Brasil não aguenta mais conviver com a corrupção enraizada na política e nas estruturas do Estado. A corrupção não é um problema abstrato, ela tem consequências reais e muito cruéis. Cada real desviado é um leito que falta no hospital, é uma escola sem estrutura, é uma segurança pública fragilizada. A corrupção sangra a sociedade, retira oportunidades e aprofunda desigualdades, e é por isso que não podemos normalizar, relativizar ou tolerar qualquer indício de desvio de recursos públicos.

Não cabe aqui, Sr. Presidente, qualquer julgamento antecipado. As investigações estão em curso e devem seguir com o devido processo legal, mas a gravidade dos fatos exige um posicionamento firme, cobrança por celeridade - já faz 15 dias - e punição exemplar caso as irregularidades sejam confirmadas.

Eu deixo claro que jamais me furtarei a vir a esta tribuna para denunciar omissões, interferências indevidas, blindagens e obstáculos à investigação que ainda aguardam respostas concretas, independentemente de que partido sejam, se forem a favor de Governo ou contra Governo, se forem da direita ou da esquerda.

Eu gosto muito... Eu me pauto, Presidente, por aquela premissa que a gente já viu. Falam de alguns nomes de autores, mas a essência é a seguinte: o certo é certo mesmo que ninguém o faça; o errado é errado mesmo que todos se enganem sobre ele. Então, é muito grave o que a revista *Veja* trouxe em uma matéria robusta, publicada no dia 13 de março. E nós estamos aí percebendo tudo, o Brasil com chances de ser passado a limpo no INSS. Perdemos uma grande oportunidade numa investigação séria que jogou luz nas sombras da maior fraude do sistema previdenciário do Brasil, Sr. Presidente, que foi a CPMI do INSS. A partir, coincidentemente ou não, do momento em que se iniciou, há cerca de seis, sete meses, essa investigação parlamentar mista das duas Casas - Senado e Câmara -, nós tivemos aí 14 prisões de peixes grandes, que estavam roubando as pessoas vulneráveis deste país no sistema previdenciário, na cara dura.

Chegamos a peixes grandes, mas estávamos chegando aos tubarões. Estava lá o filho, o Lulinha, que estava indiciado. Inclusive, no relatório, havia pedido de prisão preventiva do filho do Presidente da República, que teria recebido, segundo os relatórios apontados, conversas interceptadas da própria Polícia Federal, R\$300 mil de mesada e R\$25 milhões de luvas. Então, nós tivemos transações de empresas de *Cannabis*, de maconha, ligadas ao Careca do INSS. É uma coisa que cheira mal, que mostra que a nossa República estará apodrecida, se não tomar medidas firmes, independentemente dessa blindagem geral que nós vimos acontecer nessa CPMI.

Então, é hora de o cidadão de bem se manifestar, de forma ordeira, pacífica, firme, mas não deixar isso passar. Temos lá os 19 votos, entre Deputados e Senadores, votos vergonhosos, de blindagem pura, tirando banqueiro, tirando gente, político citado lá, com dados robustos. Foram cerca de R\$6 bilhões surrupiados dos brasileiros mais vulneráveis. Repito, Presidente, milhões de brasileiros e brasileiras lesados. Isso não pode ficar por isso mesmo, isso é algo que tira o futuro e os sonhos do Brasil, das crianças, de toda a nossa República e mata, porque falta remédio em hospital, falta estrada, a partir de tudo isso.

E nós temos um outro escândalo. Precisamos abrir a CPI ou CPMI do caso do Banco Master. A gente sabe que o Presidente Davi Alcolumbre não vai fazer. Existe - eu tenho falado isto - um conflito de interesse. Já tem nas suas mãos, há quatro meses, uma CPI para ele ler em uma sessão do Senado, e pode ler a qualquer dia, durante esse período. São 53 - aumentou - assinaturas dos 81 Senadores nesse requerimento meu. E tem outro também, que é a CPMI do INSS, que o Deputado Carlos Jordy lidera, que tem recorde de assinaturas de Deputados e Senadores, Presidente. E isso está parado na mesa do Congresso Nacional, porque Davi Alcolumbre não abre.

A gente sabe, por exemplo, da Amprev - é aí que mora o problema -, a Previdência do Amapá, que colocou em letras podres R\$400 milhões - o indicado de Davi Alcolumbre. Ele deveria se declarar suspeito para julgar, aliás, para fazer qualquer coisa em relação a isso, mas tem que cumprir o seu dever de Presidente do Congresso Nacional e ler. Se não quer fazer isso, tacitamente se declarando suspeito, coloca o Vice-Presidente para abrir a sessão e ler - seria até o correto isso -, mas não pode segurar.

Nós, nos dois casos, tivemos que acionar o STF. Olha só que vergonha: tivemos que acionar o STF para o STF fazer a determinação para abrir. O lado bom daquele julgamento vergonhoso da semana passada, em que o STF não prorrogou a CPMI, foi que praticamente todos os Ministros que proferiram seus votos disseram: "Prorrogação não pode, isso é *interna corporis*, mas instalação pode". Então, ficou muito claro ali que nós devemos ter... a não ser que o STF escancare os dois pesos e duas medidas de vez no seu posicionamento sobre isso e negue a abertura dessa CPI ou CPMI, porque precedente tem. O senhor se lembra da CPI da covid? Foi o STF que determinou que ela fosse aberta, para o Senado Federal abri-la.

Então, nós temos todos os pré-requisitos: assinatura de Senadores, tempo suficiente. A maior fraude do sistema financeiro do Brasil nós precisamos investigar, precisa de uma CPI ou CPMI própria. Eu repito que acredito, Presidente, que deve ser até uma CPMI...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) - ... e não é nem meu o requerimento de CPI. O Presidente Davi Alcolumbre que deveria fazer, mas não vai... Eu espero que o STF faça a abertura de uma CPMI, porque isso dá mais representatividade, com Câmara e Senado investigando a maior fraude do sistema financeiro do Brasil. Então, eu espero, sinceramente, que isso ocorra o mais rápido possível.

Caiu para o Ministro Nunes Marques, que, no caso da CPI, teve um filho que tem negócios, contratos com o Master, teve transações, e ele deveria se declarar impedido nisso. O prevento deve ser o Ministro André Mendonça, para que se possa abrir. Eu espero que o bom senso prevaleça. Que, na CPMI, o Ministro André Mendonça a acolha - está na mesa dele, está no gabinete dele - como prevento e decida a instalação da CPMI, que eu acho que era o mais importante.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gosto sempre de falar uma frase de reflexão para a nossa semana, que está começando agora. Eu encerro este pronunciamento com um pensamento de Joanna de Ângelis, a mentora do grande pacifista e

humanista baiano Divaldo Pereira Franco, que faleceu recentemente no Brasil. Então, esse trecho aqui, essa frase, para que eu peço a sua atenção e a de todos, foi psicografada por Divaldo Pereira Franco, obviamente em vida.

A frase é a seguinte - olha a profundidade, Presidente Chico Rodrigues, já lhe agradecendo por ter aberto esta sessão, de forma pontual -, abro aspas, aqui: "Sempre que algumas vantagens para ti ofereçam danos para outrem...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) - ... recusa-as, porque ninguém poderá ser feliz erguendo sua alegria sobre o infortúnio do seu próximo".

Que Deus abençoe a nossa nação, Presidente.

Que tenhamos uma semana produtiva.

Que a verdade, a justiça e o bom senso possam prevalecer na nação brasileira.

Jesus no comando sempre.

Um grande abraço.

Paz e bem!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Senador Eduardo Girão, V. Exa. sempre está presente em todas as sessões desta Casa, inclusive de forma remota, quando é necessário, por atividades parlamentares exercida no seu Estado do Ceará. Nós queremos deixar aqui o registro da sua presença e do seu compromisso com a população, principalmente do Estado do Ceará.

Então, nós autorizamos que seja divulgada a sua fala em todos os veículos de comunicação do Senado da República.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, do PL, do Distrito Federal.

V. Exa. dispõe de 20 minutos. *(Pausa.)*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu não poderia também deixar de manifestar aqui, na tribuna, o que aconteceu com relação à CPMI do INSS. Eu, por ser contador de formação, sempre participei, como Deputado Federal e como Senador, de todas as CPIs deste Congresso Nacional: participei das CPIs da Petrobras, da Lei Rouanet, do Carf, da JBS, dos Fundos de Pensão, aqui da Covid, do 8 de Janeiro, das Bets, do Chapecoense e, agora, da CPMI do INSS.

Essa CPMI teve algumas características interessantes, porque, nas duas últimas que fizemos aqui, que foram a da Covid e a do 8 de Janeiro, foi construída pela maioria já uma narrativa. Antes de apurar qualquer coisa, nós já sabíamos como seria o relatório. Foi tudo uma narrativa construída, tanto na da Covid quanto na do 8 de Janeiro.

E agora, nessa CPMI do INSS, o que aconteceu? A base do Governo tinha certeza absoluta - já estavam comemorando, inclusive, a eleição do Presidente e do Relator, chegaram até a dar declarações aí -, só que foram surpreendidos. Na primeira reunião de eleição, nós conseguimos, como oposição e como minoria, fazer o Presidente, que indicou o Relator. Então, isso foi uma derrota muito grande para a base do Governo, ficaram superassustados. Nós conseguimos, nas primeiras reuniões, quando ainda tínhamos maioria, aprovar diversos requerimentos. Eu mesmo apresentei 400 requerimentos: muitos de convocação, muitos de quebra de sigilo de empresas e de pessoas; não deixei ninguém para trás; todos aqueles que tinham qualquer envolvimento com a Previdência, com o INSS, com essa roubalheira toda. Além das informações que obtive antes da instalação, eu pude, de fato, apresentar esses requerimentos.

E, diferentemente do que o Ministro Gilmar Mendes disse no STF e o Ministro Alexandre de Moraes também de que nós aprovamos aqui quebra de sigilo sem fundamentação, estão totalmente equivocados, porque todos os requerimentos de convocação, todos os requerimentos de quebra de sigilo foram fundamentados, foram colocados todos os indícios ali que justificavam realmente a quebra de sigilo, e eles foram votados. Então, se foram votados e tinha a justificativa, não tem por que não os aprovar, e os aprovamos, e, graças à aprovação desses requerimentos, conseguimos avançar bastante, porque tivemos, de fato, a comprovação da roubalheira que fizeram com o aposentado e o pensionista.

É evidente que o Governo ficou assustado. Por incrível que pareça, nenhum deles assinou a CPMI, mas depois tentaram, de assalto, como fizeram com outras CPMIs, dominá-la realmente. E aí, preocupado, então, com o andamento da CPMI, o Governo, então, mudou. A gente fez, no primeiro momento, a escolha dos representantes, Senadores e Deputados, pelo bloco, e aí o PT e a base do Governo resolveram desconstituir os blocos e passou, então, a ser por partido. E aí, nesse momento, nós ficamos com minoria.

A partir deste momento, nós não conseguimos aprovar mais nada que pudesse incriminar as autoridades do Supremo e autoridades também do Executivo ou parentes. Então, a gente conseguiu avançar em função do que foi aprovado anteriormente. A partir daí, nós tivemos várias blindagens, e eu posso citar aqui algumas.

Uma delas é exatamente do sócio do Careca do INSS, o Edson. Ele se propôs a vir aqui denunciar e mostrar realmente o que aconteceu com o Careca do INSS, para quem ele distribuía dinheiro, quem estava envolvido nisso. E ele já tinha anunciado para a Polícia Federal o envolvimento do Lulinha, que é o filho do Lula, Luiz Inácio Lula da Silva. Então, neste momento, a gente não conseguiu aprovar este requerimento.

Depois, a gente descobriu uma série de outras informações, como, por exemplo, a viagem que ele fez - o Lulinha -, para a Espanha. Acompanhado de quem? Acompanhado do Careca do INSS. Mas, mais do que isso: quem pagou a passagem, quem bancou tudo isso? O Careca do INSS.

Depois, não conseguimos trazer aqui a Roberta, empresária ligada ao Lulinha. É a que recebia o dinheiro mandado, então, pelo Careca do INSS: R\$300 mil por mês. Esse é o valor que foi encaminhado a essa Roberta, e nós não conseguimos aprovar o requerimento, porque a base do Governo chegou e votou contra. Por quê? Porque não queriam que aparecessem, realmente, as provas e os testemunhos com relação a essa roubalheira que foi feita pelo Governo, por este Governo e seus representantes.

Chegamos a convocar, aprovamos, lá no início, requerimento meu, inclusive, da Contag, do Sindnapi, da Conafer e de várias instituições. A Contag e o Sindnapi... A Contag foi a instituição que mais roubou os aposentados e pensionistas. E essa Contag já vem descontando desconto associativo desde 94 - desde 1994. Ela sequer poderia ter acertado com o INSS o acordo de cooperação, porque existe uma lei, existe uma lei aprovada pelo Congresso que proíbe qualquer convênio, qualquer vínculo com convênios e instituições públicas com parentes até o segundo grau.

Para quem não sabe, o Presidente da Contag é irmão do Carlos Veras, que é Deputado e é Secretário da Câmara Federal. Então, nem poderia ter assinado acordo de cooperação. O Sindnapi, a mesma coisa: a segunda instituição, ou terceira, que mais roubou. Da mesma forma, tem lá na sua diretoria, como Vice-Presidente, o Frei Chico, que de Frei não tem nada, só o nome. E ele também, como Vice-Presidente... O Sindnapi não poderia ter assinado acordo de cooperação com o INSS.

Então, nós ficamos aí praticamente um ano para a CGU, a AGU processar todas essas instituições. E eles deixaram de fora várias delas, inclusive Contag e Sindnapi. Só depois de um ano, é que, então, depois da CPMI, houve, um avanço na fiscalização, quando teve busca e apreensão, inclusive no Sindnapi: muito dinheiro no cofre, muitos carros, lá no sindicato, e foram bloqueados trezentos e poucos milhões do Sindnapi.

Mas nós não conseguimos trazer aqui a Contag. Por quê? Porque a base de Governo blindou; não quis que a gente pudesse chamar aqui o Presidente, para ele justificar a roubalheira que foi feita e quem eram os envolvidos. Apesar de que, com a quebra de sigilo e com alguns depoimentos, nós conseguimos entender bem o processo que foi feito, o *modus operandi* desse assalto aos aposentados e pensionistas.

Então, tem várias associações, foram criadas dezenas de associações. Essas associações tinham acordo de cooperação assinado pelo INSS, evidentemente com a colaboração de servidores do INSS e também da Dataprev, porque, sem o envolvimento dos servidores, não tinham como fazer os descontos associativos. Então, deram propina tanto ao Presidente do INSS, Stefanutto, como ao Virgílio, que é o Procurador-Geral, como a outros que já estão presos, inclusive. Já tem 14 pessoas presas ainda em função desse roubo do INSS. Então, sem a participação dos servidores, dificilmente essa operação teria sucesso como teve - sucesso para os ladrões e prejuízo para os aposentados e pensionistas.

Como é que era feito? Eles, então, criavam várias empresas, normalmente com parentes - com irmão, com esposa, com sogra, com sogro, com cunhado, com cunhada -, abriam essas empresas e faziam, então, a lavagem do recurso. Vários laranjas foram usados, inclusive pessoas que são do Bolsa Família. Usaram essas pessoas, então, para criar essas empresas, e foi através delas que eles tiravam o dinheiro das associações e depois distribuía parte disso como lucro para esses ladrões da Previdência.

Bem, descobrimos tudo isso e aí avançamos bastante com relação ao desconto associativo, até a gente aprovar a lei proibindo qualquer desconto associativo via folha de pagamento do INSS, porque, na prática, foram quase R\$6 bilhões que foram descontados indevidamente. O Governo chegou a devolver - com o dinheiro nosso, do Orçamento - um pouco mais de R\$4 bilhões, chegando a R\$4 bilhões. E agora, com os leilões dos carros e ainda alguns bloqueios, está se chegando próximo de R\$3 bilhões.

Mas, no rombo maior, a gente não conseguiu avançar, que foram os consignados. Por que não avançamos? Porque a base de Governo protegeu os bancos; não aprovaram a convocação dos bancos. Bancos esses que roubaram muito mais do que

o desconto associativo. São mais de 80 bancos; nós ouvimos um - um! - banco. Esse único que a gente ouviu, que é o C6, teve o pedido de devolução de R\$300 milhões.

Agora, o que aconteceu com os outros bancos? Por exemplo, a Crefisa, da D. Leila, do Palmeiras. A Crefisa foi convocada - o Presidente convocou -, a Leila pediu que adiasse a data marcada, porque o Palmeiras foi campeão, precisava comemorar, tinha várias entrevistas; o Presidente, então, adiou, a pedido dela, a audiência. No dia da data acertada, ela foi ao Supremo e conseguiu uma liminar, um *habeas corpus*. Flávio Dino disse: "Olha, você não precisa ir nessa data, mas você terá que ir em outra data", então, foi suspensa novamente, pela segunda vez, e foi remarçada uma nova data, de acordo com o *habeas corpus* fornecido pelo Ministro Flávio Dino. Aí quando chega na data dessa terceira tentativa, o Ministro Gilmar dá uma liminar, dando a ela a opção de vir ou não à CPMI.

São coisas absurdas, porque o Código Penal, inclusive, obriga a testemunha a comparecer, e aqui, por incrível que pareça, ela vinha como testemunha e não compareceu em função do *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. Então, o Supremo, por diversas vezes, dificultou muito os trabalhos da CPMI, inclusive com várias decisões, dando a opção ao depoente de vir ou não. É óbvio que ninguém vem se tiver essa opção. Então, dificultou, mas de qualquer forma, nós conseguimos avançar nesse trabalho.

Mas na hora do PicPay - para quem não sabe, o PicPay é um banco ligado à JBS -, eu denunciei aqui, na Comissão, quando o Ministro da Previdência esteve aqui. Eu disse: "Você sabia que tem um banco que conseguiu, sem licitação, ser indicado e que já atendeu mais de 500 mil pessoas, cobrando taxas e juros abusivos, porque, pela portaria, nem juros era para cobrar". O Ministro disse que não lembrava. E depois, na CPMI, nós detectamos, de fato, que o PicPay foi a única instituição que conseguiu o Meu INSS Vale+, com relação à antecipação da aposentadoria, permitido por um decreto que o Ministro logo revogou, depois de mais de 500 mil contratos assinados. E aí, a gente não conseguiu trazer o PicPay.

Esse mesmo PicPay fez a mesma coisa aqui, no GDF: o PicPay, da mesma forma que com o Governo Federal, foi no GDF para desconto em folha, antecipação de aposentadoria. E o que aconteceu na sequência? O filho do Governador recebendo R\$1 milhão por mês e comprou um apartamento de R\$9 milhões no Noroeste. Com dinheiro de quem? De quem já foi o apartamento? Exatamente da JBS.

Então, cara, é uma coisa assim gritante, ridícula. Mas mais ridícula foi exatamente a defesa da base de Governo: pessoas que nunca foram na CPMI, nunca, apareceram lá para discutir, chegaram no dia da votação para votar contra o relatório e queriam apresentar um relatório que não tem nada a ver, não tem prova nenhuma, não tem indicação nenhuma, não tem fato determinado nenhum. Mas o Presidente Carlos Viana conduziu muito bem o processo e não aprovou o relatório da base de Governo, como também nós não conseguimos aprovar o relatório do Relator, o Deputado Gaspar, muito competente, que fez um trabalho belíssimo, e nós teremos muitas dificuldades daqui para a frente de fazer uma CPI com a competência que ele colocou. Colocou uma régua muito alta, porque, de fato, pela sua experiência de promotor, ele fez um trabalho magnífico, todo fundamentado; e, lamentavelmente, a gente não conseguiu avançar nem aprovar.

Mas, de qualquer forma, qual é um dos objetivos principais da CPMI? Primeiro, transparência. Vocês acham que, se não tivesse a CPMI, vocês estariam sabendo de tudo o que aconteceu na CPMI, os ladrões, os valores, como era feita a roubalheira? Não. Então a CPI tem esse objetivo também, de dar transparência a essa roubalheira que foi feita; e, também, legislar, melhorar a legislação, para que casos como esse não continuem acontecendo. Então várias propostas serão apresentadas, exatamente, para melhorar a legislação e para impedir que fatos como esse continuem acontecendo. Então já avançamos.

Mas nós não vamos desistir; nós vamos já, imediatamente, entregar para o Ministério Público, para a Polícia Federal e para os demais órgãos de fiscalização, para o Tribunal de Contas, cópia do relatório, mesmo que não tenha sido aprovado, porque a CPMI, mesmo o aprovando, não indícia; ela sugere, indica ao Ministério Público o indiciamento.

Então nós podemos, da mesma forma, com a documentação que está acostada aos autos, ao relatório, uma documentação robusta de comprovação, e vamos levar ao Procurador, para mostrar para ele que ele pode indiciar, independentemente de ter sido aprovado ou não, porque tem provas mais que suficientes para fazer isso.

E houve uma comemoração. Eu não sei a cara de pau dos Deputados e Senadores da base comemorando, quando derrotaram o relatório da CPI, ou seja, não queriam que a gente pudesse expor, realmente, os ladrões de fato, os maiores, os tubarões, da roubalheira do INSS.

Então, terminou com esse resultado melancólico aí - não conseguimos aprovar -, mas valeu a pena, valeu a pena, porque ficou claro quem é que está comprometido, realmente, com essa roubalheira toda.

Lamentavelmente, o consignado, que roubou muito mais... Só para vocês terem ideia, o Banco Master tem mais de 250 mil contratos sem biometria e sem concordância dos aposentados - e está lá. Não conseguimos avançar, por quê? Porque o Supremo, com seus *habeas corpus*, com a sua negativa de prorrogação...

Ora, todas as CPIs de que eu participei - todas - foram prorrogadas. Quem pode mais pode menos. Se o Supremo pode determinar a instalação de uma CPI ou de uma CPMI, ele também pode prorrogar. Por que não? Quem pode mais pode menos. Mas por que não o fizeram? Porque contrariava os interesses, inclusive, dos próprios Ministros do Supremo.

Até hoje, eu não sei ainda e não vi em nenhum lugar nenhuma manifestação, nenhuma justificativa do contrato de R\$129 milhões da esposa do Alexandre de Moraes. Será que é normal isso, R\$3,6 milhões por mês de consultoria? E parece que está tudo bem - ninguém fala nada.

Parece que é normal o encontro que aconteceu com o Vorcaro e com o Presidente do BRB, juntamente com o Ministro Alexandre de Moraes. Fizeram a reunião e, por incrível que pareça, Senador Magno Malta, disseram que não trataram de banco, não. Estava lá o Paulo Henrique, estava lá o Vorcaro e estava lá o Alexandre de Moraes. Eles disseram que não discutiram sobre o BRB.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Na sequência, já começa a operação de compra do BRB, a pressão para o BRB comprar o Banco Master. E logo, na sequência ainda, o que acontece com o Governador Ibaneis? Ele é retirado do processo do 8 de janeiro, é arquivado o processo do 8 de janeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) - Ele não sabe nem passar Pix...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Não sabe nem passar... Mas receber, ele sabe.

E aí o que acontece? Eu vi a sentença do Anderson Torres. Na sentença do Anderson Torres, o Ministro Alexandre de Moraes colocou assim, olhem: "Pior do que a situação do Anderson Torres, só a do Governador Ibaneis". Botou isso na sentença. E aí de repente...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - ... arquivar o processo. Será por quê? Que coincidência? Será que foi tudo isso em função do BRB, que deu um prejuízo de R\$12 bilhões? Se você pegar todas as obras que foram feitas aqui neste Governo, esses buracos que estão para todo lado, não dão os R\$12 bilhões que ele assaltou do BRB. Então, isso tem que ser apurado.

Eu já fui ao Banco Central para poder realmente fazer o bloqueio dos bens do Governador, da Vice-Governadora e de todos aqui que assaltaram o Distrito Federal. O Galípolo disse que não podia naquele momento fazer bloqueio. A Polícia Federal já pediu quatro vezes ao STJ para fazer busca e apreensão, e foi negado. Então, a gente está vendo que a Justiça está colaborando com os assaltantes, com quem roubou a população do Distrito Federal. Eu espero...

Amanhã é o último dia para o BRB publicar o balanço, que não publica desde setembro do ano passado. O BRB não publicou o balanço de setembro, de dezembro e agora de março. E, com certeza, ao publicar o balanço de março, ele vai estar insolvente, porque roubaram, assaltaram o banco. Portanto, para salvar, só com recurso, com aumento de capital - que não tem -, ou com a federalização do Governo Federal, ou com a própria liquidação, o que é péssimo. Conseguiram acabar com o principal banco, nosso, de desenvolvimento econômico, de que realmente nos orgulhava muito e que agora está com esse déficit de mais de 12 bilhões.

Então, Presidente, eu não podia deixar de registrar esses fatos, para a gente poder realmente colocar nos *Anais* deste Congresso o que aconteceu com a CPMI do INSS.

Muito obrigado, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Com a palavra, o Senador Magno Malta, do PL, do Espírito Santo.

O Senador Magno Malta dispõe de 20 minutos regimentais. *(Pausa.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discursar.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles que nos veem pelas redes sociais e que estão nos vendo pela TV Senado, faço um registro do belo registro feito pelo Senador Izalci a respeito do final da CPMI. Espero que eu tenha um tempo, no final, para também fazer algumas considerações.

O Brasil sofre e paga - os aposentados, neste momento, choram lágrimas de sangue -, por conta de um consórcio de quem não tem um pingo de vergonha na cara e que envolve esta Casa. Ela é a principal, a devedora é esta aqui, porque os caras são sabatinados aqui, são aprovados aqui, e é uma vergonha.

Eu ouvi um áudio, esta semana, do Presidente desta Casa, com um Prefeito interino no estado dele, que é de dar vergonha, de vomitar, que é muito pior do que o escândalo do Banco Master.

Esta Casa e a outra Casa, de conluio com o Executivo e com a Suprema Corte - que de suprema não tem nada, supremo é Deus -, de negociantes, empresários com capa de togados, e, diga-se de passagem, toga suja.

Sr. Presidente, eu gostaria, ainda, dentro dessa questão da CPMI, que foi parada com uma força letal envolvendo os Poderes, porque todos estão na mesma lama, e de forma até covarde com o próprio estatuto...

Eu já presidi grandes CPIs, grandes e de muito resultado, e as CPIs que eu presidi, todas elas, duraram anos, não foram só 120 dias, foram-se renovando prazos. Presidi a grande CPI do narcotráfico deste país, como Deputado Federal; presidi uma grande CPI da pedofilia, que durou anos. Inclusive fui lá no estado do Senador Chico e prendi até o Procurador, um pedófilo, bandido, procurador do estado; os empresários da cidade, os irmãos Carola, abusadores de criança, dois desgraçados. E nunca tinha visto o que vi, Senador Izalci, como V. Exa., que na sua vida parlamentar participou de tantas CPIs. Em nenhuma que eu tenha presidido eu vi isso, e CPIs perigosas, eu não vi isso que vi, contemplei...

Mas Deus é justo. Se não chegou à cicatrização, ao menos o tumor nós esprememos, e o pus saiu. Hoje o povo mais simples sabe o nome de quem o roubou. Para quem? Para sustentar quem? O povo do Brasil sabe quem está blindado, quem foi blindado. Os estados sabem quem blindou, os Senadores, os Deputados... O Brasil sabe os Senadores que estão envolvidos nessa roubalheira, nessa safadeza.

Cem anos - cem anos! - de sigilo do Careca. E eu entrei nessa mesa aí pedindo à Mesa que me informe se alguma vez o Careca entrou no meu gabinete. Acho que todos os Senadores tinham que pedir para o Presidente informar, porque, por exclusão, a gente vai saber onde é que ele entrou, mas nunca recebi nenhum tipo de resposta.

Mas o povo brasileiro sabe quem tirou os seus parques recursos, quem construiu enganação, quem gastou suas energias, lágrimas, choro, salários atrasados... Hoje, alguns nem remédio podem comprar, pessoas amputadas, pessoas que por diabetes adquiriram cegueira, pessoas com diabetes tipo 1. Esse Governo que aí está, de uma forma vergonhosa, negou - negou! - a insulina para alguém que tem diabetes tipo 1, cujo sofrimento a gente sabe o que é, e deixou de incluí-lo às pessoas portadoras de deficiências, Zezinho. E só sabe quem é portador de diabetes tipo 1 quem tem, ou quem tem alguém na família com diabetes tipo 1, e que se vê arrumando perspectivas, saídas, medicamentos que podem remediar. Até a aids hoje se bloqueia, o cara vive a vida inteira, mas, para a diabetes tipo 1 e o câncer, até hoje não acharam nada ainda. Até lesão de medula está se recuperando.

Eu estou com muita esperança, Senador Chico, porque eu sou lesionado de medula. Eu tive um tumor dentro da medula, minha coluna é um enxerto, eu tenho um passivo do meu lado direito, tenho duas próteses nos dois joelhos e posso ser recuperado com essa descoberta maravilhosa que tem o nome de uma criança, menina, olha, e em forma de cruz ainda, descoberta por uma cientista. Quando uma cientista dessas precisa ser laureada no Brasil, o Brasil elege um homem como a mulher do ano.

Eu estou oficiando as câmaras de Vereadores e as assembleias legislativas, Senador Izalci e Senador Chico, aqueles que nos ouvem, porque o nosso Relator Gaspar aceitou a minha indicação, que está no relatório, mas eu estou enviando, porque sempre fiz isso com as CPIs que eu presidi, para que as câmaras de Vereadores no Brasil e as assembleias legislativas abram uma CPI do INSS. A gente sabe que uma CEI, numa câmara de Vereadores, tem pouco poder, mas tem poder para se reunir, e o aposentado mora no município. Aqueles que foram lesados podem ir à câmara, dar seu depoimento, ter audiência pública, e nós teremos os nomes dos ladrões, do Careca, do Camisotti, do Lulinha, sendo repetidos no Brasil inteiro, todo o tempo, todo o dia. As assembleias legislativas abrirem, Senador Chico, uma CPI do INSS!

Você tem ali o tribunal de Justiça, em que nós encontramos muitos magistrados juntos. Quantos roubados moram no seu estado? Quantos roubados moram no meu estado? Eles estarão nas assembleias legislativas, ali, dando nome de novo aos bois, dando nome aos que estão presos, aos milhões roubados, à mesada do Lulinha, às reuniões do Lula com o Vorcaro, aos R\$129 milhões da mulher de Alexandre de Moraes, às relações dele com o Vorcaro, às relações de Vorcaro com o Toffoli - Toffoli Tayayá. Então, nós teremos o Brasil o tempo inteiro falando a mesma coisa. Não acaba aqui, não vamos ficar só nós aqui repetindo, porque eu vou ficar repetindo...

E essa raça ruim está ali decidindo. Decidiram acabar com a CPMI. Decidiram acabar! Que moral - que moral - esses caras têm para votar alguma coisa, para dizer o que é certo e o que é errado? Quem só vive cometendo coisa errada! O discurso do Toffoli, falando em contenção - mamãe, me acode! -; um cara que tem um cassino clandestino... A fala de

Gilmar... Ele quase chorou. Eu até me emocionei; ele quase chorou. Brincalhões. Brincalhões. Brincalhões. E a gente vai ter que fazer esse enfrentamento o tempo todo.

Mas eu quero usar estes dez minutos porque estou oficiando as câmaras de Vereadores todas com base na aceitação do Relator. E aqueles que são do meu partido - e sou Presidente do meu partido no estado -, os Vereadores eleitos e os Deputados vão receber um comunicado para que eles proponham a CPI do INSS nas câmaras e assembleias legislativas, como membros do meu partido.

Eu gostaria, Sr. Presidente, assim como... Afirmava o Senador Portinho: "Ah, eu estou sendo redundante, porque a Constituição já trata dessa questão da misoginia", mas o truque é velho. Graças a Deus, minha digital não está nisso. O truque é velho. Qual é o truque? O senhor se lembra do PL 122 - o senhor era Deputado Federal -, o chamado PL da homofobia, do casamento homossexual. Durante oito anos, eu enfrentei aqui a Fátima Cleide, que era a Relatora, lá de Rondônia. E não passou. Tentaram um truque aqui de madrugada, votar tudo em bloco - "Porque está começando o recesso parlamentar, ninguém quer olhar mais nada", "Vamos votar tudo por acordo" e tal -, e lá no meio estava essa matéria para se aprovar. E Deus sempre me dava a graça de descobrir, e nunca se aprovou. Então, não existe o tipo penal homofobia. Não existe esse tipo penal.

Como eles não conseguiram, o que eles fizeram? Judicializaram e colocaram dentro do crime de racismo. O que racismo tem a ver com homofobia? - é a minha pergunta. Alguém pede para nascer albino? Alguém pede para nascer amarelo, nascer lá no Oriente? Alguém pede para nascer pardo, negro, índio? Não. O que homofobia tem a ver com o crime de racismo? Tem a ver que, se ele te põe no crime de racismo, ele te põe inelegível e acaba com a tua vida.

E agora esse da misoginia é também um outro truque eleitoral. Porque, se você é dono de uma loja e diz para a funcionária: "Querida, toda vez você está arrumando as camisas desse lado, mas não é desse lado. Você precisa prestar atenção", pronto, é misoginia. Já é colocado no crime de racismo. É misógino; a vida acabou. Aí, todo mundo vai ter medo de dar emprego, de empregar mulher, porque tudo é misoginia.

Não; misoginia realmente é um homem abrir a boca e chamar mulheres de "mulheres cis", "vocês, mulheres cis", referindo-se à mulher - mulher - que tem ovário, que tem útero, que tem endometriose, que sofre para parir, criar filhos, amamentar. Um macho - um macho - manda calar a boca, chama de lixo, de lixo da sociedade, e manda parar de latir.

Venha cá: vai ser colocado agora no crime de racismo? Vai ser colocado no crime de racismo? Isso é misoginia, não é? Misoginia é um homem com muito ódio - ódio de mulher -, querer bater, difamar, gritar, espancar. Isso é misoginia! Agora, o marido diz para a mulher: "Olhe, você sabe que eu tenho pressão alta, sua comida está muito salgada". "Não, ele atingiu o meu psicológico; isso é misoginia." Gente, vamos parar de brincadeira com a vida dos outros. Isso tudo é um esquema, Senador Chico: jogam no crime de racismo e acabam com a sua vida.

A outra coisa... Preste atenção, Senador Izalci, porque eu preciso muito de V. Exa. - o Brasil vai precisar. Está uma resolução do Conselho Nacional de Psicologia proibindo psicólogos de confissão cristã - vou pegar só uma informação aqui - de exercer e de se identificar como cristãos.

Nós vivemos num país absolutamente cristão, e a resolução é esta: fica impedido o psicólogo - Conselho Nacional de Psicologia - de se identificar como cristão. Não tem cabimento! Nós vivemos numa nação absolutamente cristã. Eu não sei se tem estatística ou não tem. Vou procurar agora, porque acabei de protocolar... Senador Izalci e Senador Chico, sei que os senhores estarão comigo. Eu protocolei, agora, a criação da frente parlamentar em defesa dos psicólogos de confissão cristã. É maioria absoluta.

Hoje, pela manhã, falei com o Pastor Silas Malafaia, que é psicólogo, e foi um dos primeiros a ser perseguido, ainda no meu primeiro mandato de Senador. Queriam tirar a inscrição dele por ser cristão. E, depois, a Marisa Lobo - não sei se vocês conhecem - lá de Curitiba, no Paraná, psicóloga que sofreu muito, fazendo palestras neste país ainda assim... E faço um registro: na pandemia, a psicologia foi aquela que mais atendeu pacientes; nunca se teve tanto paciente com doença psicológica - trancados dentro de casa - sendo atendidos *online* pelos psicólogos - e, na sua maioria absoluta, cristãos.

O cidadão brasileiro tem direito de ir e vir e de escolher. Se o Conselho Nacional de Psicologia diz que o Estado é laico...

Aliás, o Relator de uma Adin, aqui feita pelo Novo, pelo Partido Novo, a ADI 7.426, questionando o Conselho Nacional de Psicologia... Está aqui. Está no Supremo. Adivinhe, Senador Izalci, quem é o Relator? Alexandre de Moraes.

Quero ler as datas aqui. O processo tem esse número, data inicial e data prevista para o fim no dia 08/04/2026. Está para acabar. Até este momento, só tem um voto, que é o voto do Alexandre de Moraes. Ele votou pela constitucionalidade de tirar a legitimidade do psicólogo que é de confissão cristã, que pode ser um católico, um espírita, um evangélico. E qual o argumento dele para a constitucionalidade? Eu vou falar o argumento do bonito: ele diz que o argumento é de que o Estado é laico.

Senador Chico, se o Estado é laico, por que o cristão é proibido? Você não pode proibir o muçulmano, você não pode proibir o da umbanda, o da macumba, o ateu que é psicólogo. Cada um procura um médico, aquele em quem confia e que pode ajudá-lo, mas querem perseguir cristão.

E isso aqui, Alexandre de Moraes, é perseguição religiosa, é crime de perseguição religiosa. Então, eles estão criando outra vala, Senador. Já criaram a da homofobia, dentro do crime de racismo, a da misoginia e, agora, criminalizam um país que está assim ó...

E eu faço isso em nome do Pastor Silas Malafaia, que é psicólogo, em nome da minha filha mais nova, Jaisliny, que é psicóloga, em nome da psicóloga Tatiana Hartz, que foi a psicóloga da CPI da Pedofilia e das psicólogas do Rio Grande do Sul que, conjuntamente, criaram o chamado depoimento sem dano. Eu falo isso em nome do Pastor Raimundo Goodgloves, que estudou comigo no Recife e, além de fazer Teologia, fez Psicologia.

Eu alerta para o fato de que agora começa. Protocolei a frente parlamentar e já me comunico com os senhores. Essa frente parlamentar... Vamos fazer audiência pública e vou criar um grupo de psicólogos, no Brasil, que tem profundidade, e um grupo de juristas, um grupo de constitucionalistas...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... porque nós não podemos permitir essa aberração.

Eu sei o quanto é importante. O homem tem dois cérebros, ele tem um aqui; o intestino é seu segundo cérebro. E tudo demanda daqui. Quando você tem um problema que o inquieta, que o deixa sem dormir, o seu corpo todo sofre. A própria literatura chama isso de doenças somáticas. Doenças somáticas são doenças que se apresentam por causa dos seus dramas psicológicos.

Eu sei o quanto eu sofro aqui por fazer o mandato do jeito que eu faço, por enfrentar do jeito que eu enfrento... O meu médico falou comigo: "A sua recuperação é mais difícil, porque você é inquieto; é mais difícil pela sua luta, pelo seu estresse, porque você não se acovarda. Você vai. Se você pudesse parar um pouquinho, a recuperação seria mais rápida".

Mas minha sede em justiça, Senador Chico, é muito maior do que a minha dor. E eu gostaria que o seu povo lá de Roraima... O seu povo aqui, Izalci, espera que nós façamos isso, ou vamos ter que banir os cursos de Psicologia, ou alguém vai ter que virar ateu para poder manter a sua carteirinha e manter as suas consultas, não é? Porque não é fácil.

Não é fácil hoje. É muito difícil, há muitos aproveitadores no mercado, mas quem trata de alguém, quem empresta o ouvido para alguém, uma hora, uma hora e meia e ouve a pessoa falar, contar, conversar, alguém que estudou, que se aprofundou nos livros, se aprofundou...

Nós temos o Augusto Cury, respeitado no mundo e lido no mundo inteiro, um psicólogo ateu que foi estudar a Bíblia para desmoralizar a Bíblia e se converteu. Eles vão tomar a carteira de Augusto Cury, porra? Vão tomar a carteira deles, delas? Não vão não.

Concorda comigo, Izalci? Concorda comigo, Senador? Não vão, não, porque nós vamos enfrentar. Nós vamos enfrentar. Eu vou fazer audiência pública no Brasil inteiro, com advogados, psicólogos e estudantes de Psicologia. Essa luta será a luta do Brasil. E a minha psicóloga, dentro da minha casa, formou-se no ano passado - eu falei desta tribuna -, é a minha filha adotiva, Jaisliny, por quem eu tenho muito orgulho.

Que vergonha esse Conselho Nacional de Psicologia! Vergonha. Hoje tem psicólogos que não querem renovar a carteira.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Hoje tem psicólogos que não querem participar. Ficam calados - ficam calados. E por que ficar calado quando você tem algo que é bom dentro de si? A gente tem que contar, tem que falar.

Eu nunca neguei... Eu sei que o Brasil me conhece há muito tempo, porque eu fui Deputado Federal, fui Senador, e as pessoas sabem que eu nunca abri mão da minha fé. E, se a gente abrir mão agora, Senador Chico, e deixá-los fazerem isso com os psicólogos, amanhã eles farão isso com os políticos.

Você não pode dizer qual é a sua fé, senão você não vai registrar a sua candidatura. Ou você diz que é ateu, que você é socialista, que você é comunista, ou que você é de uma religião que está completamente desassociada do cristianismo, ou você não terá legenda em partido.

Olhe, se deixar subir um degrau, vai subir o segundo, viu? Se deixar subir o segundo, vai subir o terceiro. E essa luta começou e não vai dar certo. Deu ruim. Os psicólogos contem conosco aqui nesta Casa, porque nós assumimos essa verdade. Isso não é uma dor. É uma sandice, é uma canalhice. E nós vamos enfrentar juntos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Izalci, por me ouvir.

Eu encerro a minha fala.

Só para registrar, Sr. Presidente, é só um requerimento de congratulação para que o Senado possa enviar a essas pessoas.

Ontem teve uma matéria no Fantástico falando sobre a infiltração do crime organizado na polícia do meu estado, uma matéria muito feia que põe o nosso estado mais uma vez nas páginas policiais de forma vergonhosa. E eu gostaria que essas pessoas aqui fossem cumprimentadas por este Parlamento e tivessem reconhecido o seu trabalho.

Requeiro, nos termos do art. 22 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor ao Dr. Francisco Martínez Berdeal, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo; Promotor Vitor Anhoque Cavalcanti, Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco); e ao Dr. Márcio Magno Carvalho Xavier, Superintendente Regional da Polícia Federal do Espírito Santo, pelo êxito da Operação Turquia, operação integrada voltada ao enfrentamento de organizações criminosas com atuação no tráfico de drogas no Município de Vitória, Espírito Santo, que demarcou, prendeu e afastou das funções policiais que foram covardes e, de maneira criminosa, traíram o dever constitucional de proteger a sociedade...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... ao se associar ao tráfico de drogas, vendendo, desviando entorpecentes apreendidos de operações oficiais e alimentando o mesmo crime que tinham obrigação legal de combater, numa atuação firme e exemplar que reafirma que o Estado brasileiro não tolera corrupção, crime, desvio de conduta no interior da sua própria instituição.

O brasileiro não tolera mais corrupção. E corrupção, hoje... Corrupção é o enfeite, é o penduricalho do Brasil. É um país, hoje, que se tornou um ninho, um paraíso de corruptos que soltam bandidos e prendem inocentes, chamam inocentes de terroristas e se revoltam quando o Comando Vermelho e o PCC...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... organizações criminosas... Eles se revoltam com quem quer tachá-los de organizações terroristas no mundo. É neste país, é com esse comando que nós estamos vivendo. O povo brasileiro não tolera mais.

Qual é a possibilidade e qual é a moral que tem o Toffoli, que tem o Alexandre de Moraes, para dizer que alguém está errado ou está certo? Quando, na verdade, o que eles têm feito neste país, com a vida exposta, de maneira... com uma fratura exposta moral, fazendo contorcionismo jurídico... E, mesmo assim, eles continuam fazendo intervenção dentro dessas duas Casas - nesta principalmente, que, dos três Poderes, é a que mais poder tem, e que se cala, se acovarda -, e o monstro cresce todo dia contra a revolta e a tristeza do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Muito obrigado pela tolerância.

Que Deus abençoe o Brasil e que o Brasil acredite, porque nós vamos continuar lutando.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para apartear.) - Senador Magno Malta, V. Exa. trata de um assunto, inclusive, que mostra exatamente a fratura na sociedade em função de decisões que, no mínimo, nós podíamos dizer que são incabíveis.

Os psicólogos, obviamente, têm uma importância majestosa na vida das pessoas. Em momentos de dor, em momentos de recuperação, em momentos de injustiça muitas vezes praticada, você tem que a eles recorrer, porque eles, na verdade, nos bancos das universidades, se dedicaram exatamente a cuidar das vidas das pessoas. Portanto, num país onde nós temos milhares de problemas, onde a Justiça deveria, de uma forma pontual, cuidar das grandes questões, ela procurar eliminar - poderia dizer eliminar, mesmo - a religiosidade de um psicólogo, de um cidadão comum... Isso é um absurdo!

V. Exa. pode ter a certeza de que nós seremos dos primeiros a subscrever esse seu projeto. Pode ter certeza, porque nós sabemos a importância vital que tem para o ser humano, quando, em um determinado momento da sua vida, um jovem ou um já maduro profissional da psicologia ouve-o por minutos, por horas, para arrancar da sua alma, muitas vezes, um sofrimento. Não é justo que decisões judiciais venham a impedir que ele tenha, realmente, a sua religiosidade.

Portanto, parabéns a V. Exa., que sempre trata de questões extremamente polêmicas. Foi interessante assistir a V. Exa. olhando com uma precisão cirúrgica cada palavra, porque V. Exa. mesmo sofre, o seu psicólogo, o seu médico, a sua médica... Inclusive, o tempo de recuperação... Porque na verdade a sua cabeça está sempre sacudida por necessidade de proteção ao ser humano, em vários segmentos.

E, é claro, quem sou eu aqui para falar exatamente do alcance das suas investidas, muitas vezes em temas ultrasensíveis, que, realmente, incomodam muita gente? Acredito que isso, no psicológico da pessoa, afeta de uma forma muito dura.

Portanto, parabéns a V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) - Eu quero incorporar a fala de V. Exa. ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - E não sou Parlamentar de fazer isso normalmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Nunca neguei aparte a ninguém, mas muitas vezes eu estou discursando, alguém me pede um aparte, eu dou e, quando ele termina, eu prossigo o meu discurso como se eu nem tivesse ouvido o que ele falou, mas incorporo ao meu pronunciamento as suas palavras e a disposição de andar conosco. Saiba que os psicólogos e psicólogas do seu estado estão nos vendo e certamente saberão do que se tratou aqui.

O senhor falou: "Os psicólogos, as psicólogas de sua vida". Realmente, eu tenho psicólogas na minha vida, por quem eu tenho muito amor, e tem um psicólogo também, o meu tio, Pastor Manoel Nascimento, que me deu uma oportunidade de me levar para a casa dele, em Pernambuco, aos 17 anos de idade, do interior da Bahia.

Quando eu cheguei, ele era estudante de Psicologia e Pastor da Primeira Igreja Batista em Jaboatão. Como estudante de Psicologia - eu cheguei lá aos 17 anos, sempre fui um menino muito precoce -, ele me sentou no escritório dele, olhou nos meus olhos e me disse uma frase que eu nunca esqueci: "Meu filho, eu não sei o que você pensa para a sua vida daqui para a frente. Sua mãe me pediu para ajudá-lo, e eu trouxe você para aqui, mas eu quero lhe dizer uma coisa para você nunca mais se esquecer: meu filho, o homem é aquilo que ele decide ser". Naquele dia, eu refiz todos os meus compromissos com Deus, e sou o homem que sou.

Lembro que minha mãe fez para ele uma ligação a cobrar. E eu fui para essa ligação com ela, na Telebahia, lá no interior da Bahia, em Itapetinga.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - E lembro que a moça falou: "Olha, a chamada da senhora foi atendida, está no *box 3*", porque você fazia uma chamada a cobrar e ficava ali esperando se a pessoa ia atender. E lembro que fiquei de longe, eu nem sabia que era sobre mim, mas eu vi como ela falava, como ela respondia ao que ele falava. E eu ouvi uma frase da minha mãe. Ela disse assim: "Meu irmão, ajude meu filho, leve meu filho para sua casa, porque você não vai se envergonhar. O meu filho será um grande homem, o meu filho vai lhe dar muita alegria".

Meu tio é jubilado, está em Palmeira dos Índios. O perfil dele no Instagram é Pastor Manoel Nascimento. Ele tem sempre uma reflexão ali, todos os dias, Pastor Manoel Nascimento.

E eu sou grato, foi um pai para mim.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Terezalva, a esposa dele, uma mãe para mim. A partir dos meus 17 anos, apesar de ter mãe e pai, eles me deram e abriram as portas, me dando essa oportunidade.

Eu tenho minha filha, que é psicóloga, tenho uma sobrinha chamada Jaddh, que teve um bebê agora, José. Um beijo para o José e um beijo para você, Jaddh, essa minha sobrinha, que tem quase todas as formações nessa área, sabe?

E sei que milhões estão me ouvindo neste momento. Saibam de milhões que emprestam o seu ouvido - e muitos sem cobrar nada, alguns trabalhando quase que de graça, porque quem serve a uma clínica... Na verdade, das clínicas hoje - até dos hospitais - os donos não são médicos, não são nada; é um negócio. O cara compra um hospital para ganhar dinheiro. É como a indústria farmacêutica. O cara quer ganhar dinheiro. E, muitas vezes, é assim em todas as áreas, não é? Você está aí cheio de psicólogos e psicólogas...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... trabalhando por quase nada. Estudaram tanto e ainda recebem uma carga dessa, uma informação dessa, desgraçada, miserável e que nós, com a garra e com a bênção de Deus, não vamos permitir.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Eu quero agradecer a V. Exa. por ter, na verdade, incorporado a nossa manifestação no seu pronunciamento e dizer que V. Exa... E é o ser humano, isto é próprio do ser humano: em determinados momentos da vida, você olha pelo retrovisor do tempo e se lembra de passagens que, na verdade, servem para talhar a personalidade, a vida, a conduta ao longo dessa longa estrada da vida, que todos nós temos.

Então, quando V. Exa. se refere à sua mãe, eu olho, também no retrovisor da vida, do tempo, os conselhos de uma simples costureira, de um simples motorista de caminhão - foi o lar onde eu nasci e fui criado - que ficam até hoje. Parabéns.

Eu gostaria de convidar o Senador Izalci para me substituir, para que eu possa realizar o meu pronunciamento. *(Pausa.)*

(O Sr. Chico Rodrigues, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) - Gostaria de cumprimentar V. Exa., Senador Izalci, ao tempo que agradeço pela substituição na Presidência desta sessão ordinária de hoje, e quero dizer que é importante...

Tem sessões que são, muitas vezes, solitárias, mas que trazem ensinamentos que, em outras ocasiões, você não consegue alcançar. É sempre assim. A curva do rio mais sinuosa é aquela em que você, na verdade, encontra mais força para vencer a correnteza da vida.

Eu gostaria de dizer que, na última semana, tive a oportunidade, no Município de Bonfim, no meu estado, Estado de Roraima, de estar junto com o Prefeito Romualdo, e participar do acompanhamento, fiscalização, controle de ações através do nosso mandato, vendo a operacionalidade de equipamentos, de caçambas, de carregadeiras, de tratores que servem tão bem àquele município, e, juntamente com muitos daqueles que são beneficiários desses programas, entender que é notável quando nós nos encontramos, na verdade, contemplando o fruto do nosso sacrifício, do nosso trabalho, e ali está realmente o resultado latente, beneficiando tantas pessoas.

Ali estavam o Vereador Charlão, amigo nosso, a Vereadora Cleudimar, o Nonato, o Joner Chagas também, ex-Prefeito do município, figuras que, na verdade, marcaram época, como meu amigo Paulo Tiririca, que já foi Prefeito, inclusive, daquele município, e reconhecem o nosso trabalho, a nossa dedicação e os benefícios às dezenas, às centenas de agricultores que têm tido, em função da viabilidade através das emendas parlamentares, para atender essas demandas reprimidas que tem, na verdade, no nosso estado...

Portanto, ali no Município de Bonfim, assim como em todos os municípios do estado - da capital aos 14 municípios -, nós temos uma ação permanente, frutífera, acima de tudo, atendendo aqueles que mais precisam. A agricultura familiar, hoje, graças a Deus, deu um grande salto a partir das nossas ações - um trabalho quase que missionário a gente tem feito. Eu já entreguei mais de cem tratores - cem tratores - agrícolas nesses sete anos de mandato de Senador da República, atendendo os pequenos produtores rurais da agricultura familiar, com caminhões também, com equipamentos na área da agricultura - arados, grades, carretas, colheitadeiras, plantadeiras, casas de farinha, tudo que venha realmente beneficiar o pequeno produtor rural do nosso estado.

Então, eu fico muito feliz, muito orgulhoso, porque, entre dezenas e dezenas de projetos e emendas apresentadas, absolutamente todas estão executadas, em execução ou serão executadas a partir das liberações próximas.

Portanto, é o registro que eu gostaria de deixar aqui, tendo como referência o Município de Bonfim, porque foi o último município em que eu tive a oportunidade de fazer entregas parlamentares e acompanhar, fiscalizando essas ações.

Quero dizer que fico muito feliz com a receptividade por parte de todos, pelo reconhecimento, porque nós, quando nos dedicamos a uma ação parlamentar, ficamos felizes quando o reconhecimento vem. Esta é a moeda que nós temos a oferecer: exatamente o nosso trabalho, a nossa dedicação e o nosso amor pelo mandato e, acima de tudo, pelas pessoas do nosso estado.

Eu gostaria também de fazer um breve pronunciamento aqui, Presidente, sobre a polarização e democracia.

Eu trago hoje a esta tribuna uma reflexão necessária sobre o momento político em que nós vivemos no nosso país e faço isso com a devida cautela, para deixar claro, desde o início, que não se trata aqui de apontar culpados nem direcionar

críticas a qualquer grupo, instituição ou corrente política específica. Trata-se, acima de tudo, de uma reflexão sobre o fenômeno que, de forma geral, tem afetado todos nós: a polarização política no nosso país.

É natural que, em uma democracia, ocorram divergências, e isso é salutar. É assim que vivem, na verdade, as democracias. O debate de ideias é, inclusive, um dos pilares do regime democrático, mas há uma diferença importante entre o confronto saudável de visões e a radicalização permanente, que transforma adversários em inimigos e inviabiliza qualquer ponto de convergência. Quando a política se reduz a embates ideológicos constantes, perde-se aquilo que deveria ser sua essência: a capacidade de construir soluções para os problemas reais da população - e esses problemas não têm ideologia.

A fila do hospital não tem lado. A falta de saneamento básico e seus impactos diretos na saúde não escolhem quem será afetado. As falhas de acesso à internet atingem a todos. A ausência de pontes e a falta de infraestrutura mínima de estradas interrompem a mobilidade de qualquer cidadão, sem qualquer distinção. A inflação, Sras. e Srs. Senadoras e Senadores, não escolhe partido, a insegurança não distingue corrente política, e a dificuldade de pagar as contas, de sustentar uma família e de garantir um futuro melhor para os filhos é vivida da mesma forma por milhões de brasileiros, independentemente de quem esteja no poder.

Mas os efeitos da polarização vão além do discurso político. Quando levada ao extremo, ela dificulta a busca de soluções de questões práticas na vida dos representados e passa a comprometer as próprias instituições democráticas, que deixam de ser percebidas como estrutura de Estado e passam a ser vistas sob lentes partidárias. Esse processo enfraquece a confiança da população e corrói os alicerces da democracia.

A polarização também alimenta um ambiente de tensão permanente, no qual o debate público se transforma em uma espécie de guerra de torcida, em que o diálogo racional dá lugar à disputa emocional de narrativas. Neste cenário, não é espaço para escuta, apenas para confronto.

Esse clima não fica restrito à política. Ele invade as relações pessoais, divide famílias, rompe amizades e cria conflito dentro dos lares, entre pessoas que antes conviviam com respeito, mesmo - mas mesmo, gente - pensando diferente. A política que deveria unir em torno de soluções, criar pontes, passa a afastar e dividir as pessoas.

No campo da gestão pública, os efeitos também são concretos. A lógica de "nós contra eles" paralisa decisões, dificulta a construção de consensos e, muitas vezes, substitui o compromisso com resultados por uma disputa permanente. Em alguns casos, instala-se até mesmo a ideia equivocada de que quanto pior, melhor, como estratégia de desgaste político desse ou daquele grupo.

E o prejuízo não se limita ao ambiente interno. A instabilidade gerada por esse cenário afeta a imagem do país no exterior, reduz a confiança nas instituições e impacta diretamente a atração de investimentos. Países que não demonstram estabilidade política e institucional tendem a ser vistos com maior cautela, o que compromete a oportunidade de crescimento e geração de empregos.

Mas eu gostaria, neste momento, de sair um pouco da formalidade desta tribuna e me dirigir diretamente a quem nos acompanha. Façamos uma reflexão sincera: pensemos no nosso dia a dia, nas nossas conversas em família, nos nossos grupos de mensagem, nos nossos ambientes de trabalho, nas nossas amizades que se afastaram. Quantas vezes o excesso de polarização já não interferiu nessas relações? Quantas vezes o debate deixou de ser uma troca de ideias para se transformar em um permanente e indevido confronto? Essa não é uma realidade distante; é algo que todos nós, em maior ou menor medida, já vivenciamos.

Enquanto isso acontece, os problemas concretos continuam presentes. As contas continuam chegando, os desafios da saúde, da segurança e da economia continuam exigindo soluções do poder público. A vida real segue acontecendo, independentemente do lado político de cada um. No fim das contas, quem paga o preço é sempre o cidadão, que fica, na verdade, com o algodão e os cristais.

A política não pode se tornar um fim em si mesma, nem um palco permanente de confronto. Ela precisa voltar a ser, acima de tudo, um instrumento de construção de pontes. Isso não significa renunciar convicções, obviamente, nem eliminar as diferenças. Significa reconhecer que, acima de qualquer divergência, existe um compromisso maior, o compromisso com o povo e com o nosso querido Brasil.

Cabe a nós, enquanto representantes da população, reequilibrar esse ambiente, buscar o diálogo quando for possível, substituir muros por caminhos de consenso e, principalmente, recolocar no centro do debate aquilo que realmente importa, que é a vida das pessoas. O Brasil real não vive de disputas ideológicas; vive de trabalho, de esforço, de expectativa por dias melhores - e é esse Brasil que nós devemos seguir.

Portanto, meu caro Presidente, Izalci Lucas, no cotidiano, nós que transitamos por tantos lugares diferentes, nós, principalmente da Amazônia, que vemos os lamentos de todos aqueles que fazem parte do nosso cotidiano, que nos encontramos, seja entre aqueles que trabalham com o suor do seu rosto ou fazendo calo nas mãos, levando, muitas vezes,

até um pouco de dose de esperança, o que nós vemos, na verdade, muitas vezes, é que essa polarização em nada está contribuindo para a vida das pessoas. Quando nós olhamos para trás, vemos, por caminhos que também já passamos, pela nossa origem, pelas dificuldades, porque também trafegamos por elas.

E, hoje, parece que o ser humano, parece que os dirigentes, parece que a nossa classe política ainda teima, de uma forma teimosa, em viver mergulhados em conflitos profundos.

Isso não quer dizer que cada um não tenha que ter lado, mas cada um de nós tem que ter, temos que ter a racionalidade, porque o Brasil real é o Brasil no qual nós convivemos no cotidiano e que abomina esse tipo de atitude que em nada soma para a nossa população.

Portanto, talvez por formação, talvez por, muitas vezes, ver o sofrimento das pessoas bem de perto, de dentro, porque é no meio das pessoas mais carentes... Eu costumo dizer que 90%, 95% das pessoas que em mim confiaram ao longo desses nove mandatos são das classes C, D e E, com as quais eu tenho mais convivência, eu tenho mais participação. E o que a gente vê, exatamente, é a reclamação; estão cobrando de nós, políticos, essa harmonização e essa vontade de fazer com que a vida delas melhore. E quando você polariza a um lado, em um extremo ou em outro, você deixa sempre esse mar revolto que não soma nada ou não leva nenhuma esperança para a população brasileira.

Então, era esse registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, e que V. Exa. pudesse autorizar a divulgação em todos os veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) - Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões semipresenciais para amanhã, terça-feira: sessão de premiações e condecorações, às 10h, para entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; e sessão deliberativa ordinária, às 14h, com a pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão não deliberativa semipresencial do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 02 minutos.)